

CLIPPING FARMACÊUTICO

• 22 de Junho de 2018

Índice de Notícias

- Foco em novos produtos
- Procura maior por genéricos
- Farmácia popular ameaçada
- Roche faz acordo para comprar restante de ações da Foundation Medicine
- Meta é reduzir as importações
- Preço de remédios pode ter nova faixa
- Farmacêuticas querem nova regra para preço de remédios inovadores
- Demanda reprimida deve beneficiar fabricantes de equipamentos médicos

Foco em novos produtos

Abrigada, ao longo da crise brasileira, sob um invejável crescimento anual de dois dígitos, a indústria farmacêutica passou a experimentar redução de vendas físicas neste ano, especialmente para o varejo de medicamentos. As farmácias e drogarias representam 59% das vendas do setor farmacêutico, enquanto o mercado institucional - hospitais, clínicas e governos - responde por 41%. Mas a perspectiva é que, ao fim de 2018, haja uma expansão na indústria na casa dos 9% a 10%.

Os analgésicos, os ansiolíticos (para crises de ansiedade e síndrome do pânico), os antidepressivos, os medicamentos para diabetes, pressão arterial e outras doenças cardíacas seguem liderando na expansão da demanda brasileira por remédios.

Os números da indústria farmacêutica de 2017 já mostravam um ritmo menor de crescimento. Descontadas as vendas governamentais (como Fiocruz, Butantan), a receita foi de R\$ 56,83 bilhões ou 3,92 bilhões de unidades (caixas, blisters, frascos), uma expansão, respectivamente, de 11,8% e de 6%. Os dados são da IQVIA, consultoria americana especializada no setor farmacêutico e saúde. Em 2016, o crescimento da receita foi de 13,6% e de 8,6% para o volume físico de medicamentos. A projeção para 2018 mostra outra redução no ritmo da expansão, para 3,55% no faturamento e de 2,2% nas vendas em unidades, descontadas as vendas das estatais.

"Nos dados anualizados, até abril de 2018, vimos uma receita projetada de R\$ 58,8 bilhões, e o ritmo de investimentos do setor segue firme, focado em expansão da capacidade com novas unidades e nos lançamentos de medicamentos pelos laboratórios autorizados pela Anvisa", afirma Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (Sindusfarma), Estado que responde por cerca de 75% das vendas da indústria. A maior fatia do mercado nacional está nos medicamentos sob prescrição médica, que representam 47% da comercialização da indústria, exatamente a faixa na qual os laboratórios farmacêuticos obtêm sua maior margem de lucro.

No entanto, apesar do crescimento contínuo do mercado, os marcos regulatórios da saúde e o custo Brasil seguem sendo apontados pela indústria, principalmente pelas multinacionais, que lideram a prospecção de novas moléculas no mundo, como empecilhos para fortes investimentos em princípios ativos para remédios e mais medicamentos de alta complexidade no país.

"Importamos de 90% a 95% das matérias-primas de medicamentos, o que explica o histórico déficit na balança comercial do setor. Também temos importado, cada vez mais, medicamentos acabados. E o Brasil precisaria se integrar, com produção mais intensiva, às cadeias mundiais como fez a Irlanda, por exemplo, que não tem um mercado doméstico importante, mas tem regras e incentivos que permitem a exportação firme e confiável ao mercado internacional", diz Pedro Bernardo, presidente-executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma). Enquanto a China está recebendo fortes investimentos para produção de princípios ativos, o Brasil, com a crise, desceu da sexta posição no ranking global dos maiores mercados farmacêuticos do mundo para o oitavo lugar.

O fato é que há multinacionais revendo sua alocação de recursos globais em unidades de produção, e algumas prefeririam terceirizar parte de sua produção no Brasil, como fizeram os grupos Pfizer (Zoetis) e Novartis. Nesse processo, os grupos de capital nacional passaram de assediados para venda a multinacionais a compradores de ativos fabris. Como é o caso da União Química. "A operação de terceirização em serviços de produção cresceu muito para nós. Investimos R\$ 250 milhões na unidade da Zoetis, de produtos para saúde animal do grupo Pfizer (Guarulhos, SP), de onde exportamos 103 produtos veterinários, e ficamos com uma unidade da Novartis (Taboão da Serra, SP), de produtos injetáveis, onde investimos R\$ 50 milhões", comenta Fernando Castro Marques, presidente do conselho de administração da União Química.

"Além disso, compramos uma unidade que pertencia à Tigre, em Pouso Alegre (MG), para podermos instalar nossa própria gráfica de embalagens para medicamentos, que nos custou, entre reformas e o centro de distribuição, R\$ 40 milhões", acrescenta o acionista da União Química, empresa que completou 80 anos. Segundo Marques, a companhia está lançando 30 novos medicamentos e atesta que os atuais processos de aprovação de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estão animando mais o setor, que antes da nova legislação ficava até quatro anos aguardando uma autorização para lançar um medicamento. Uma nova frente de investimentos da União Química é a área de biotecnologia de princípios ativos (biofármacos), que recebeu R\$ 100 milhões para a instalação da Bthek, em Brasília.

Os lançamentos são o foco do setor farmacêutico. A suíça Novartis, que lidera, logo abaixo da francesa Sanofi, a venda de medicamentos no país, especialmente depois que comprou a brasileira Medley de genéricos, prevê um crescimento de dois dígitos para 2018 e 2019. De acordo com João Sanches, diretor de assuntos corporativos do grupo Novartis no Brasil, os lançamentos de medicamentos e a performance de linhas como equipamentos médicos para oftalmologia, além de linhas para alergia, lentes de contato e oncologia, dão uma boa perspectiva de receita para a companhia.

A Novartis é um dos maiores fornecedores de medicamentos de alta complexidade para o governo, e sua controlada Sandoz, líder de biossimilares no país, fará dois lançamentos neste ano. "Para manter o foco nos investimentos nas nossas plantas da Alcon (São Paulo, SP) e da Sandoz (Cambé, PR) e reduzir nossos custos, procuramos terceirizar algumas linhas" diz Sanches, para quem o desafio do Brasil, na corrida mundial pela liderança na lista TOP-10 global, é a competitividade fora das fábricas. "Com muito esforço exportamos não mais de 3% a 5% da receita, enquanto países como Índia investem pesado para buscar a liderança em medicamentos."

Outro grande laboratório nacional que está na ponta de compra de operações de terceiros é o Cristália. Seu acionista e pesquisador Ogari Pacheco enumera seus desembolsos recentes: a conclusão de inversão de R\$ 150 milhões, iniciada em 2017, na nova unidade de farmoquímica oncológica em Itapira (SP), onde está seu complexo industrial, que também recebe outros R\$ 56,9 milhões em unidades operacionais. Sem contar R\$ 46 milhões em unidade de injetáveis em São Paulo (SP); R\$ 14 milhões da recém-adquirida (2017) LatinoFarma, de Cotia (SP); R\$ 21 milhões na Sanobiol, de Pouso Alegre (MG); R\$ 1,6 milhão em nova linha de repelentes; R\$ 1,3 milhão no novo centro de distribuição; e outro R\$ 1 milhão na instalação de rede de internet das coisas. A empresa ainda controla a Ima, de Buenos Aires, na Argentina; a BioChimico, do Rio de Janeiro; e divide a joint-venture Supera, de São Paulo (SP).

O faturamento da Cristália em 2017 foi de R\$ 1,9 bilhão, com 4% desse valor destinado a pesquisa e inovação, sendo a previsão orçamentária de crescimento da receita para 2018 de 12% a 13%. "Investimentos na farmacêutica têm de ser contínuos, e eu nunca tomo dinheiro em banco para investir na empresa. Todo meu esforço está aqui", diz Pacheco. Seu maior nicho de negócio é o fornecimento para hospitais e clínicas, e a venda a governos hoje não representa mais do que 3% da receita. Segundo ele, a verticalização em linhas como a oncológica é uma saída de substituição de importações mais onerosas de princípios ativos. "Aqui damos um passo bem seguro por vez, tudo dentro do nosso fôlego."

A Takeda, de origem japonesa, é outra farmacêutica que cresce em ritmo acelerado no Brasil. Especializada em áreas como gastroenterologia, neurociência, oncologia e vacinas, a empresa programa lançamentos no país na área de intestino irritável e doenças ácido-relacionadas, além de outros da área oncológica, como no tratamento de mieloma múltiplo e um medicamento de última geração para câncer do pulmão. A empresa não divulga dados do desempenho no Brasil, mas em 2017 obteve uma receita global de 1,77 trilhão de ienes (cerca de R\$ 580 bilhões), um crescimento de 5,5% sobre 2016. "No Brasil, em 2017, tivemos um crescimento de 18%, e cerca de 50% dessa expansão é atribuída a lançamentos feitos nos últimos três anos", afirma a empresa em nota.

Gaetano Crupi, presidente da Bristol-Myers Squibb (BMS) no Brasil, comemora que em 2017 a companhia registrou uma expansão de 28% nas vendas totais (60% delas ao governo), e a previsão para 2018 é um aumento de 25%. Especializada na área oncológica e em vendas de produtos de alta complexidade, a empresa vê estudos em que o país deve registrar 1,2 milhão de novos casos de câncer nos próximos dois anos. A BMS tem sua área de maior inovação na medicina personalizada baseada em biomarcadores.

"Além disso, também estamos investindo em inovação em medicamentos, e nosso pipeline engloba medicamentos com foco em imunociência, cardiologia e fibrose cística", afirma Crupi. O principal medicamento da companhia é um produto imuno-oncológico para tratamento de câncer do pulmão e melanoma metastático, entre outros cânceres. "Nós ampliamos a sobrevivência dos pacientes e estamos apenas no começo nesse campo", diz o presidente da BMS, que investiu globalmente US\$ 5 bilhões (25% da receita) em pesquisas, sendo 35 desses estudos clínicos realizados no Brasil, estando outros entre 12 e 16 a caminho neste ano.

A americana Abbott, há 80 anos no Brasil, vê o país, com uma receita na casa dos R\$ 1,7 bilhão, como mercado-chave entre os dez maiores líderes em venda para a companhia. "Os últimos anos têm sido desafiadores, mesmo assim mantivemos o crescimento e investimos R\$ 20 milhões num novo centro de desenvolvimento farmacêutico no Rio", afirma Juan Carlos Gaona, gerente-geral da empresa no Brasil. A Abbott adquiriu em Belo Horizonte (MG) a St.Jude, de válvulas cardíacas, e deve lançar no Brasil um produto de monitoramento de glicose, sem a picada no dedo, e ainda a primeira lactase mastigável, que ajuda na intolerância à lactose.

Fonte: Valor

[Voltar](#)

Procura maior por genéricos

O balanço do preço de compra da farmácia (PPP), divulgado pelo Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do Estado de São Paulo (Sindusfarma), mostra que as vendas nos remédios estão em alta, passando de R\$ 4,7 bilhões em janeiro para R\$ 5,1 bilhões em abril deste ano, aumento de 8,5%. Mas as vendas dos genéricos, que são em média 60% mais baratos, estão registrando crescimento maior: de R\$ 627,4 milhões para R\$ 690,4 milhões no mesmo período, avanço de 10%.

A expectativa da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma) é de que as vendas do setor, de produtos em geral, cresçam mais de 10% neste ano. "A aposta é na boa gestão de estoques, para evitar a falta de produtos nas prateleiras e capturar as vendas de farmácias menores em função da melhor eficiência", diz o presidente-executivo da entidade, Sérgio Mena Barreto. Em relação apenas aos medicamentos é esperado um crescimento entre 9% e 10%.

No balanço de 2017 da Abrafarma, com dados da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP), as 26 redes de farmácias afiliadas à entidade movimentaram R\$ 44,4 bilhões, aumento de 8,9% sobre 2016, o que se deve, principalmente, ao investimento em logística e distribuição e à abertura de novas lojas, de acordo com Barreto. Entretanto, a alta de 8,9% é a menor desde 2012, quando os R\$ 25 bilhões de faturamento representavam mais de 16,1% ante o ano anterior. Quanto ao total de lojas, as associadas fecharam o ano passado com 7240 unidades, ante as 6.763 de 2016. Até março deste ano, havia 7.081 unidades.

A RaiaDrogasil encerrou o primeiro trimestre de 2018 com 1.651 unidades em operação e abriu 44 lojas nos primeiros três meses do ano, tendo fechado três. Embora não divulgue uma perspectiva de vendas consolidada até dezembro, a empresa estima ter 240 aberturas de unidades por ano para 2018 e 2019. Apesar da perspectiva otimista, o lucro líquido da companhia, que ficou em R\$ 121,3 milhões entre janeiro e março deste ano, vem desacelerando desde o segundo trimestre de 2017.

"Estamos vendo uma realidade de mercado hoje com uma desaceleração que acaba afetando o setor como um todo, mas, olhando para nossa performance recente, seguimos crescendo na abertura de lojas. Conseguimos, mesmo em um cenário mais difícil de venda, manter nossa margem equilibrada", diz Eugênio De Zagottis, vice-presidente de relações com investidores e planejamento da RaiaDrogasil.

Entre as iniciativas do grupo estão dois tipos de vacina contra a gripe em unidades da Drogasil e Droga Raia em São Paulo e Florianópolis com preço 32% menor do que o encontrado em clínicas e laboratórios. A empresa anunciou o lançamento da Caretech, linha de aparelhos digitais de saúde para controle diário de peso, que conta com balança digital, termômetro digital e infravermelho, além de medidores de pressão e umidificadores de ar.

A Drogaria Onofre também ampliou sua oferta de serviços de saúde por meio da Onofre Clinic, setor especializado em assistência farmacêutica, que está em 25 unidades da rede desde o início do ano. Em abril, passou a oferecer vacinas contra a gripe, HPV e Tríplice Viral. A empresa encerrou o ano passado com 42 drogarias em três Estados (SP, RJ e MG). Até o fim de 2018, espera instalar de dez a 15 lojas em locais estratégicos da região Sudeste.

Segundo Eduardo Mangione, diretor de marketing e responsável pelas áreas de e-commerce, televendas, SAC e visual merchandising da Onofre, é esperado aumento nas vendas, embora ele não divulgue números. "Medicamento é um item essencial, que as pessoas não deixam de comprar por questão de necessidade. Ninguém abre mão de cuidar da saúde, mas o principal desafio nesse sentido é oferecer um preço competitivo, com um serviço que agregue valor real ao cliente." As vendas on-line, afirma Mangione, representam 50% do faturamento da empresa.

Se, por um lado, é preciso oferecer um preço competitivo a quem compra remédios, por outro, há os efeitos de reajustes menores autorizados pelo governo para os medicamentos, de até 2,84% em 2018, o menor percentual nos últimos 11 anos. Houve ainda alteração nas regras de repasse de 22 remédios distribuídos pelo Programa Farmácia Popular (ver matéria sobre o assunto). "Essa medida, infelizmente, terá maior impacto para os consumidores, que necessitam dos medicamentos e não terão subsídio para seu tratamento", avalia Luiz Renato Novais, diretor-financeiro das Farmácias Pague Menos. A Pague Menos reduziu de 200 para 180 a previsão de abertura de lojas para este ano e de R\$ 250 milhões para R\$ 212 milhões os investimentos. A estimativa para as vendas é que haja aumento em 9%, acompanhando as expectativas da Abrafarma. Embora avalie o cenário como positivo, Novais acredita que a preferência por genéricos deve manter-se. "Com a manutenção dos altos índices de desemprego, os consumidores vão continuar buscando produtos mais baratos. Nesse sentido, os genéricos vão continuar crescendo."

Pelo balanço do primeiro trimestre do ano da Pague Menos, houve uma, no mês de março, de 40% em relação ao ano anterior. Mesmo assim, segundo Novais, "a venda de medicamentos em geral segue crescendo, e o desafio tem sido o permanente e relevante acréscimo na quantidade de aberturas de lojas das grandes redes." Neste ano, o objetivo da Pague Menos é aumentar a disponibilidade e sortimento de produtos, otimizar a operação das lojas, alavancar experiência digital e aprimorar as estruturas físicas de lojas e centros de distribuição.

Para Edison Tamascia, presidente da Federação Brasileira das Redes Associativistas e Independentes de Farmácias (Febrafar), o momento atual do mercado farmacêutico é de uma "crise que não afeta quem tem planejamento". Ele comemora o registro de crescimento de 21,5% no acumulado de 12 meses até abril em relação ao mesmo período anterior. O percentual de crescimento dos genéricos, porém, supera o índice geral (que não inclui apenas medicamentos), com alta de 36,9%.

A Febrafar conta, atualmente, com 57 redes, que representam mais de 9,5 mil farmácias em todo o país. O destaque entre as associadas é a administradora de redes farmacêuticas Farmacas, que, entre abril de 2017 e abril deste ano, faturou R\$1,6 bilhão, 50,2% acima do mesmo período do ano anterior. "Hoje temos, além de equipe comercial, uma área de

inteligência e tecnologia que fornece sistemas como o gerenciamento de programas de fidelidade e outro para coleta e análise de indicadores, possibilitando decisões estratégicas para redes e lojas”, afirma Tamascia.

Visando melhorar a assistência em saúde que os clientes oferecem aos empregados, a Ticket, que atua na área de benefícios de refeição e alimentação da Edenred Brasil, conta com 40 mil farmácias credenciadas no país para empregados usuários do cartão Ticket Plus, uma solução multiconvênio de adiantamento salarial. Essas unidades parceiras oferecem descontos de até 60% em medicamentos, genéricos e similares e cobrem mais de 90% das prescrições médicas.

OTicket Plus conta hoje com mais de um milhão de usuários e, além das redes de farmácias, pode ser utilizado em serviços médicos e laboratoriais da Clínica Fares e na Labi Exames. “Nos últimos anos, a inflação dos planos de saúde subiu muito, e as empresas passaram a gastar entre 11% e 12% da folha de pagamento com seguro saúde, de acordo com uma pesquisa da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH). Nesse cenário, tivemos a iniciativa de oferecer novas equações para compor a assistência em saúde e ampliamos os benefícios aos usuários dos cartões Ticket Plus, com serviços a preços acessíveis”, diz a diretora-geral da Ticket, Marília Rocca.

Fonte: Valor

[Voltar](#)

Farmácia popular ameaçada

O Aqui Tem Farmácia Popular, do Ministério da Saúde, está sendo desidratado. Essa é a visão que fabricantes de medicamentos, entidades representativas do setor e associações de farmácias têm do programa, que atende em média 22 milhões de pessoas por mês e está sendo reformulado pelo governo federal. A escalada desse processo começou em 2017 e culminou no dia 18 de maio deste ano com o descredenciamento de 1.729 farmácias privadas de um total de 34.543 cadastradas.

O descredenciamento aconteceu dois meses depois de o Ministério da Saúde reduzir o preço pago às farmácias de 22 medicamentos que fazem parte do programa. Com isso, o governo federal diminuiu o orçamento em R\$ 800 milhões, ficando o Aqui Tem Farmácia Popular com R\$ 2 bilhões. Em 2017, o governo já havia encerrado a rede de farmácias próprias, formada por 411 unidades.

“As pesquisas mostram que esse é o programa mais bem avaliado e rido como o mais eficaz pela população na atual gestão. No entanto, o governo vê de forma diferente, dizendo que com a facilidade de a população pegar medicamento nas farmácias provoca desperdícios e fraudes. O Ministério alega que houve explosão no aumento do número de usuários a partir de 2011, quando a distribuição de produtos para diabetes e hipertensão passou a ser gratuita. Os pacientes que pegavam esses medicamentos no SUS [Sistema Único de Saúde] passaram a usar o Programa Farmácia Popular, e o governo alega que essa gratuidade desequilibrou o sistema”, diz Pedro Bernardo, presidente executivo da Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (Interfarma), que representa 51 laboratórios farmacêuticos.

Segundo ele, o programa trouxe para o Ministério da Saúde uma maneira mais moderna de adquirir medicamentos num sistema que é comum em vários países da Europa. Por esse modelo, o governo passa a ser um gerenciador do projeto, não substituindo a iniciativa privada nem na produção nem na distribuição, porque os investimentos estão no setor privado. Para Bernardo, num país como o Brasil, onde existem 80 mil farmácias, mil distribuidoras e 250 indústrias de medicamentos, não é papel do governo desempenhar essas funções.

“O governo tem que cuidar da saúde da população e fazer com que os medicamentos cheguem ao paciente. No modelo anterior ao da Farmácia Popular, o governo fazia a licitação, comprava os produtos e distribuía para os mais de cinco mil municípios do país”, diz Bernardo. “Havia atrasos nas entregas de medicamentos, perdas nos estoques e no armazenamento.

Tudo isso mudou com o credenciamento das farmácias privadas, porque todo o processo de produção, armazenamento e distribuição fica com o setor privado."

O programa inclui distribuição de produtos pelo sistema de coparticipação, destaca Bernardo, com os pacientes pagando parte do medicamento. Os produtos vão continuar sendo distribuídos pelo Aqui Tem Farmácia Popular, mas o programa está ameaçado de acabar no segmento de produtos de distribuição gratuita que se destinam ao tratamento de asma, diabetes e hipertensão, os mais procurados pela população e que tiveram maior redução nos repasses do governo. Segundo dados do Ministério, por mês são dispensados 7,2 milhões de medicamentos para tratamento de hipertensão e 3 milhões para diabetes.

Nelson Mussolini, presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma), afirma que os valores de referência pagos por esses produtos foram reduzidos três vezes. Em 2011, a redução foi de 10%; em 2015, em 40%; e, em 30 de abril deste ano, em 35%. "As reduções fizeram com que alguns medicamentos ficassem inviáveis no programa, principalmente a insulina e o Losartana (para pressão alta). A farmácia, por exemplo, compra a insulina por R\$ 32. Se antes recebia do governo R\$ 26, após a última redução vai receber R\$ 20. Isso vai fazer com que muitas farmácias desistam de participar do programa."

Para Mussolini, o programa é importante não só para a população que depende do governo para obter os medicamentos, mas para as farmácias, que aumentam seu público, e para as indústrias, por divulgar as marcas. "Mesmo com margens menores, é ainda um programa que coloca no mercado R\$ 2 bilhões por ano. Não entendemos como isso foi feito sem debate. Quando o ministro Ricardo Barros (PP-PR) disse em janeiro que faria mudanças, pedimos que não fossem feitas de forma apressada e foi acertado um grupo de trabalho, que nunca foi criado."

Sobre o descredenciamento de 1.729 farmácias sob a alegação de que seriam responsáveis por R\$ 500 milhões de fraudes, Mussolini diz que falta gerenciamento do governo. "Sempre defendemos o copagamento, que é usado em vários países. Por esse sistema, o usuário faz um pagamento simbólico. Quando o usuário paga, mesmo que simbolicamente, o desperdício é menor e a ocorrência de fraudes diminui." Segundo Sérgio Mena Barreto, presidente da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma), o descredenciamento representa um corte de 5% nos estabelecimentos que participam do programa. Para ele, apesar de o governo alegar que as farmácias descredenciadas estavam envolvidas em fraude, muitas podem ter optado por sair do programa porque estavam descontentes com os baixos valores pagos.

O Ministério da Saúde informa, por meio da assessoria de imprensa, que tem realizado mudanças para aperfeiçoar o programa. Por isso, promoveu, neste ano, a readequação de preços para eliminar as distorções de valores de produtos pagos pelo governo federal, que, em alguns casos, chegavam a custar mais de 200% acima do mercado. Segundo o Ministério, a medida foi resultado de um estudo com base no Sistema de Acompanhamento de Mercado de Medicamentos (Sammed), que apontava que os valores pagos pela pasta em 20 medicamentos estavam defasados ou acima do praticado pelo mercado. Foi feita uma readequação, garantindo margem de 40% às unidades credenciadas, além do valor de imposto. "Dessa forma, nove produtos tiveram aumento, sete tiveram redução e quatro devem variar de acordo com os impostos de cada Estado. Esse reajuste deve gerar economia de R\$ 800 milhões para o Ministério da Saúde."

Fonte: Valor

[Voltar](#)

Roche faz acordo para comprar restante de ações da Foundation Medicine

A farmacêutica suíça Roche informou nesta terça-feira que fechou um acordo para adquirir o restante das ações que ainda não possuía da Foundation Medicine, farmacêutica americana que produz testes para diagnóstico de câncer, por US\$ 2,4 bilhões. A companhia suíça, que possuía 57% de participação na Foundation desde 2015, pagará US\$ 137 por ação dos ativos que faltam, avaliando a empresa americana em US\$ 5,3 bilhões. A expectativa é que as aquisições sejam concluídas no segundo semestre.

"Isto [a compra da Foundation] é importante para a nossa estratégia de tratamentos personalizados, por acreditarmos que informações no âmbito molecular e a ampla disponibilidade de [informações a partir do] perfilamento genético de alta qualidade são elementos chaves que permitem o desenvolvimento e o acesso a novos tratamentos para o câncer", disse, em nota, o diretor-presidente da Roche, Daniel O'Day.

Fundada em 2010, a Foundation Medicine desenvolveu testes em que, a partir de biópsia, é identificado o perfil genético do tumor e as alterações moleculares que contribuem para seu avanço. As informações do paciente são comparadas às disponíveis em um banco de dados que hoje conta com mais de cem mil casos de câncer em todo o mundo, possibilitando ao médico a escolha de uma terapia mais precisa e individualizada.

Fonte: Valor

[Voltar](#)

Meta é reduzir as importações

Os laboratórios farmacêuticos que desenvolvem medicamentos biológicos obtiveram ou estão perto de conseguir aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para iniciara comercialização no Brasil de novas drogas para diversos tipos de patologia, principalmente na área de oncologia, inflamação, hematologia e cardiologia. A oferta local de biofármacos, que dominam grande parte das pesquisas conduzidas no setor, diminuirá a dependência de importação do país.

O Laboratório Cristália tem a expectativa de obter até o fim deste ano o registro da Somatropina, hormônio de crescimento humano recombinante. Além disso, desenvolve uma versão do produto de longa duração, ou seja, a aplicação no paciente pode ser feita a cada 15 dias e não mais diariamente como acontece hoje. Já o Trastuzumabe, para tratar câncer de mama, entrou na fase três de estudos clínicos; enquanto o projeto do Etanercept, indicado para doenças autoimunes, como artrite reumatoide, psoríase e espondilite anquilosante, está atrasado em relação aos demais.

A produção da Somatropina atenderá à demanda interna. A estimativa é de que suas vendas acrescentarão mais R\$ 100 milhões ao faturamento do Cristália, que no ano passado foi de R\$ 1,9 bilhão - para o exercício 2018, a projeção é de desempenho entre 12% e 13% superior. Mas a exportação do medicamento não é descartada. Historicamente, o laboratório abastece países da América Latina e do Oriente Médio. "Com a Somatropina, entretanto, a expectativa é de conseguir acesso a mercados mais avançados", afirma Ogari Pacheco, presidente da companhia.

A estrutura fabril atual suporta a produção da Somatropina, estimada em seis milhões de frascos por ano. Mas o Trastuzumabe e o Etanercept exigirão plantas maiores, de forma que será necessário ampliar o parque fabril de Itapira (SP). Segundo Pacheco, estão previstos R\$ 120 milhões para a construção de uma terceira unidade de biofármacos cujas obras devem ter início nos próximos dois anos. O valor se somará a outros R\$ 100 milhões despendidos pelo Cristália em biotecnologia.

A Amgen Brasil obteve em janeiro a aprovação de uma extensão do medicamento Blynicyto. Comercializada desde meados de 2017, a droga foi desenvolvida para tratar um tipo de leucemia linfóide aguda (LLA) em adultos. Agora, poderá ser aplicada para combater esse tipo de câncer em crianças. A próxima etapa é o uso desse biofármaco no diagnóstico de doença

residual mínima (MRD, na sigla em inglês). Daniel Martinez, diretor-médico, diz que muitas vezes a enfermidade não se manifesta na medula óssea e no sangue, e a medicação permitirá a identificação precoce para início do tratamento.

Com mais de 35 anos de experiência na área de biológicos, a Amgen Brasil pretende fortalecer a operação com biossimilares. "O objetivo é ter maior cobertura na oferta de medicamentos", afirma Martinez, acrescentando que há em andamento projetos com sete moléculas de biossimilares. As drogas aprovadas pela Anvisa são o Adalimumabe, para inflamação, e o Bevacizumabe, para oncologia e hematologia. Entre os medicamentos que estão em pipeline, destaque para o biossimilar Eculizumabe, indicado no tratamento de doenças raras, como hemoglobinúria paroxística noturna e Síndrome Hemolítico-Urêmica Atípica (SHUA). A empresa trabalha ainda no projeto de drogas para tratar mieloma múltiplo, um tipo de câncer muito frequente em idosos.

Nos projetos com biofármacos, os laboratórios dão ênfase à linha de imunoterapia, que muda a abordagem no tratamento de doenças. No caso de câncer, a aplicação da droga visa estimular a resposta imune ao tumor, ou seja, fazer com que o sistema imunológico do paciente combata a célula tumoral. A ideia não é substituir método convencional de tratar a doença, mas complementar a quimioterapia e a radioterapia, esclarece Andrew Simpson, presidente da Orygen Biotecnologia.

Joint venture entre Biolab e Eurofarma, a Orygen desenvolve uma plataforma de vacinas para aplicação em várias áreas: a Sm 14, contra a esquistossomose - licenciada na Protein Sciences, dos Estados Unidos, adquirida pela Sanofi -, e a vacina de imunoterapia para câncer. Segundo Simpson, o objetivo é consolidar a Orygen na área de imunoterapia e de vacina, com a possibilidade de utilização de componentes em várias aplicações.

O projeto mais avançado da Orygen é da vacina contra influenza, que foi submetida para registro. Também aguarda aprovação da Anvisa o Infliximabe, anticorpo monoclonal indicado para artrite reumatoide que é objeto de Parcerias para Desenvolvimento Produtivo (PDP) entre laboratórios privados (estrangeiros e nacionais) e públicos. A expectativa é de iniciar a comercialização em 2019. Ensaios clínicos com a vacina Sm 14 estão sendo realizados no Senegal. A Orygen estuda realizar testes no Brasil - há sinalização de aporte financeiro do governo. Simpson estima R\$ 300 milhões para realização dos ensaios clínicos e a transferência de tecnologia.

Até o fim deste ano, a Merck pretende iniciar as vendas do biofármaco Avelumabe, desenvolvido em parceria com a Pfizer, que tem potencial para tratar 15 tipos diferentes de tumor. A solicitação de registro na Anvisa, entretanto, é para aplicação apenas contra um tipo de câncer de pele considerado mais agressivo que o melanoma. "Por ser muito raro, esse câncer não tem um tratamento padrão", afirma Ricardo Blum, diretor médico da divisão Biopharma da empresa.

Com foco na área de oncologia, neurologia, imunologia e imunooncologia, a Merck conduz pesquisas de cinco biofármacos, que estão em diferentes estágios de desenvolvimento. Os trabalhos se concentram na Suíça, onde funciona um dos centros de produção da empresa para o mercado mundial. Mas o Brasil participa dos estudos clínicos.

No fim de 2017, a Libbs conseguiu o registro do biofármaco Trastuzumabe para oncologia. O produto está disponível comercialmente desde março para o mercado privado, com dosagem de 440 miligramas. A distribuição para o setor público (na dosagem de 150 miligramas), por meio da PDP com o Instituto Butantan, começará no segundo semestre, informa Márcia Bueno, diretora de relações institucionais.

O laboratório concluiu os estudos clínicos do Rituximabe, biofármaco para tratar artrite reumatoide, linfoma não Hodgkin e leucemia linfóide crônica, que foi submetido para registro na Anvisa. O início de comercialização está previsto para 2019. Completam o portfólio de projetos de biossimilares no âmbito da PDP os medicamentos Bavacizumabe, para câncer colorretal metastático, Adalimumabe, para artrite reumatoide, e o Etenarcept, indicado para

artrite reumatoide, psoriásica e idiopática juvenil poliarticular(AIJ),espondili- te anquilosante e psoríase crônica.

A esses cinco projetos de biofár- macos se soma o do Palivizumate, droga que pode evitar infecção pulmonar de bebês prematuros. "É um projeto de alto impacto, não só para o Brasil mas para outros países, que tem acompanhamento da Organização Mundial de Saúde", diz Márcia, acrescentando que a PDP foi aprovada no fim de 2017. A estimativa é de iniciar a comercialização no mercado brasileiro em 2023.

AJanssen Brasil obteve aprovação da Anvisa para produzir quatro biofármacos. Um deles está disponível comercialmente para tratamento da doença de Crohn desde dezembro passado. Neste ano, foram autorizados outros três medicamentos: para psoríase em placas, que deve chegar ao mercado no segundo semestre; para colite ulcerativa, um tipo de doença inflamatória; e um indicado para pacientes recém-diagnosticados com mieloma múltiplo, que não podem realizar transplante autó- logo de células.

Segundo Bruno Costa Gabriel, presidente da companhia, foram investidos R\$ 120 milhões em pesquisas com biológicos nos últimos três anos. "O Brasil participa de 16 estudos clínicos envolvendo esse tipo de medicamento." Até 2021, diz ele, mais de 12 novos remédios e 40 extensões de linha deverão ser submetidos para aprovação da Anvisa.

Com a estratégia de centralizar os esforços de desenvolvimento em especialidades, a Janssen Brasil mantém parcerias com outros laboratórios públicos e privados. No âmbito da PDP, tem acordo de transferência de tecnologia do Infliximabe para a Bionovis e para o Bio-Manguinhos/Fiocruz, que serão responsáveis pela produção e abastecimento da rede pública de saúde.

Gabriel revela que a empresa trabalha em duas novas PDPs, envolvendo projeto de biológicos indicados para doenças imunológicas e para tratamento de HIV.

Fonte: Valor

[Voltar](#)

Preço de remédios pode ter nova faixa

A indústria farmacêutica brasileira e o governo iniciaram discussões para potencialmente mudar as regras de preço de medicamentos que carregam inovação incremental. São remédios que estão sujeitos aos índices máximos de reajuste autorizados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed), órgão interministerial que regula o mercado farmacêutico e define os critérios de formação dos preços, e hoje vendidos a valores que não remuneraram o investimento em inovação, segundo os laboratórios.

Neste ano, o aumento médio ponderado ficou em 2,43%, resultante dos três índices autorizados pelo governo, de 2,09%, 2,47% e 2,84% conforme a concorrência de mercado do medicamento. Esses percentuais incidem sobre 13 mil diferentes apresentações e foram recebidos sob queixas da indústria, que alega que seus custos subiram muito mais no último ano.

Os índices estão entre os mais baixos dos últimos 12 anos, sobretudo por causa do recuo da inflação.

Uma das possibilidades seria a criação de uma quarta faixa de preços de medicamentos, que reuniria os produtos resultantes de inovação incremental. Pelas regras em vigor, além da inflação medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) de março do ano anterior a fevereiro do ano de referência, a fórmula de cálculo oficial leva em conta a produtividade da indústria, concorrência, câmbio e energia elétrica.

A iniciativa é liderada pelo Grupo FarmaBrasil, que reúne grandes laboratórios de capital nacional com investimentos pesados em inovação incremental e radical (de desenvolvimento de novas moléculas). Aché, Biolab, Cristália, Libbs, EMS, Hypera, Hebron, Eurofarma e União Química integram esse grupo.

Em nota, o Ministério da Saúde, que responde pela pauta de regulação de preço de remédios, confirma que um novo modelo para precificação de medicamentos resultantes de inovação incremental está sendo estudado. "Contudo, ainda não existe uma nova resolução", informou. Inovação incremental é aquela que traz alguma melhoria a um produto ou molécula já desenvolvido. É o caso, por exemplo, da associação de drogas existentes em um único remédio para facilitar o uso pelo paciente ou novas formas de administração de um determinado medicamento.

As discussões em curso, conforme o FarmaBrasil, vão além da eventual criação de uma nova faixa de preços. Nesta fase, o objetivo é elaborar um diagnóstico junto à indústria para, mais à frente, levar o assunto a consulta pública. "A inovação incremental é o primeiro passo para a inovação radical. A universidade já percebeu o seu valor e, agora, o governo também vê", diz o presidente do conselho administrativo do FarmaBrasil e um dos acionistas da Biolab, Dante Alario Junior, responsável pela área científica da farmacêutica.

Segundo o grupo, não há proposta fechada, mas a intenção é montar uma estrutura de preço que "dê o máximo de liberdade" à indústria no estabelecimento do valor de venda desses produtos. A avaliação é a de que, com uma regra mais flexível, haveria mais concorrência, o que regularia os preços no mercado. "A ideia geral é que haja mais competição, mas de uma maneira que se remunere e estimule a inovação", diz o presidente-executivo do FarmaBrasil, Reginaldo Arcuri.

O grupo pretende envolver outras entidades representativas do setor nessas discussões e, além das conversas com o governo atual, as propostas podem ser apresentadas aos candidatos à Presidência da República. O objetivo, porém, é chegar a uma resolução antes do fim do ano.

Apesar do reconhecimento da relevância da inovação incremental para os medicamentos - a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) criou uma coordenação específica para esse assunto, a Coinc -, as conversas entre indústria e governo não tendem a ser fáceis ou muito rápidas. Entre outros pontos de atrito, recentemente, o Ministério da Saúde diminuiu os repasses de determinados medicamentos entregues por meio do Farmácia Popular, o que gerou descontentamento no setor.

Fonte: Valor

[Voltar](#)

Farmacêuticas querem nova regra para preço de remédios inovadores

A indústria farmacêutica brasileira iniciou discussões com o governo para mudar as regras de preço de medicamentos que carregam inovação incremental. São remédios que estão sujeitos aos índices máximos de reajuste anual autorizados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão interministerial que regula o mercado farmacêutico e define os critérios de formação dos preços, mas hoje comercializados a valores que não remuneram o investimento em inovação, segundo os laboratórios.

Neste ano, o aumento médio ponderado liberado pelo governo ficou em 2,43%, resultante dos três índices autorizados, de 2,09%, 2,47% e 2,84%, conforme a concorrência de mercado do medicamento. Esses percentuais incidem sobre 13 mil diferentes apresentações e foram recebidos sob protestos da indústria, que alega que seus custos subiram mais no último ano. O índice médio ficou entre os mais baixos dos últimos 12 anos.

Uma das possibilidades, segundo a indústria, seria a criação de uma quarta faixa de preços, que reuniria os produtos resultantes de inovação incremental. Pelas regras em vigor, além da inflação medida pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) de março do ano anterior a fevereiro do ano de referência, a fórmula de cálculo oficial leva em conta a produtividade da indústria, concorrência, câmbio e energia elétrica.

A iniciativa é liderada pelo Grupo FarmaBrasil (GFB), que reúne grandes laboratórios de capital nacional com investimentos em inovação incremental e radical (de desenvolvimento de novas

moléculas). Aché, Biolab, Cristália, Libbs, EMS, Hypera, Hebron, Eurofarma e União Química integram esse grupo.

Em nota, o Ministério da Saúde, que responde pela pauta de regulação de preços, confirma que um novo modelo para precificação de medicamentos resultantes de inovação incremental está sendo estudado. "Contudo, ainda não existe uma nova resolução", informou.

Inovação incremental é aquela que traz alguma melhoria a um produto ou molécula já desenvolvido. É o caso, por exemplo, da associação de drogas existentes em um único remédio para facilitar o uso pelo paciente ou novas formas de administração de um determinado medicamento — em cápsula ao invés de injetável.

"A inovação incremental é o primeiro passo para a inovação radical. A universidade já percebeu o seu valor e, agora, o governo também vê", diz o presidente do conselho administrativo do GFB e um dos acionistas da Biolab, Dante Alario Junior, também responsável pela área científica da farmacêutica.

Segundo o grupo, ainda não há uma proposta fechada, mas a intenção é montar uma estrutura de preço que "dê o máximo de liberdade" à indústria no estabelecimento do valor de venda desses produtos. A avaliação é a de que, com essa regra mais flexível, haveria mais concorrência, o que regularia os preços de mercado. Além das discussões com o governo atual, as propostas da indústria podem ser apresentadas aos candidatos à Presidência da República.

Fonte: Valor

[Voltar](#)

Demanda reprimida deve beneficiar fabricantes de equipamentos médicos

Empresas apostam em inovação e produtos para segmentos ainda pouco explorados para crescer neste mercado, onde a procura é crescente mesmo em períodos de instabilidade econômica

Fabricantes de dispositivos e equipamentos médicos apostam no consumo reprimido e em segmentos poucos explorados para continuar crescendo no País. O setor avalia que as incertezas econômicas não devem abalar a demanda.

"Nosso mercado é um dos que menos sofre impacto em momentos assim. As pessoas não abrem mão da saúde", afirma o CEO da Omron Healthcare, Wanderley Cunha. "Crescemos 9% no ano passado e em 2018 a meta é avançar 17%." A empresa japonesa opera no Brasil há dez anos e produz monitores de pressão arterial, de glicose no sangue, composição corporal, inaladores, termômetros eletrônicos e dispositivos médicos profissionais.

Cunha afirma que a empresa é líder no mercado de monitores de pressão, mas tem espaço para crescer. "A categoria ainda está em desenvolvimento, não é madura. Existem 36 milhões de hipertensos no Brasil e são vendidas cerca de dois milhões de unidades de monitores por ano. Existem muitas pessoas que ainda não possuem um aparelho, há uma grande oportunidade de vendas", esclarece.

O executivo avalia positivamente o ano até aqui e espera um 2º semestre ainda melhor. "As vendas estão acontecendo e tivemos uma média de crescimento de 10% até aqui. O 2º semestre é mais forte para a empresa, teremos uma série de ações de mídia e a expectativa é que o mercado responda, mesmo dentro das atuais condições."

A Omron, que possui fábricas em São Paulo e Diadema (SP), anunciou recentemente a construção de uma planta em Jundiaí (SP). "Vamos investir cerca de R\$ 60 milhões. A expectativa é começar a operar em 2019 e a tendência é a operação suprir a demanda do Brasil e da América Latina. Devemos aumentar nossa produção em cinco vezes no País", estima o executivo.

O gerente geral da Abbot no Brasil, Juan Carlos Ganoa, avalia que embora as condições atuais do mercado não sejam ideais, a empresa tem desempenho positivo. "Começamos mais

otimistas no 1º trimestre, mas entendemos que o cenário está menos dinâmico. Ainda assim, saúde é um setor muito resistente, costuma ser o último a entrar em crise.”

A empresa, com fábricas em Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro, produz aparelhos para monitoramento de diabetes e pressão e aposta no desenvolvimento de tecnologias menos invasivas. “Crescemos acima do mercado pelas nossas inovações. Pode não ser um dos melhores anos, mas a Abbott está bem e o Brasil segue como um dos principais mercados”, garante Ganoa.

Em 2016, a empresa inaugurou um centro de desenvolvimento no Rio de Janeiro. “Investimos cerca de R\$ 20 milhões no laboratório e desenvolvemos moléculas e produtos globais no Brasil.”

De acordo com levantamento setorial do 1º trimestre, a produção, vendas, consumo e mão de obra tiveram incremento em relação ao final de 2017. “Sentimos uma melhora esse ano. O setor tem como característica ser descolado da economia. Nessa área, a demanda não muda, por fatores como a preocupação com a saúde e envelhecimento da população”, afirma o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde (Abimed), Carlos Goulart.

Ele admite que a instabilidade da economia pode ter uma influência negativa, mas não o bastante para causar preocupação. “O cenário afeta o orçamento do setor público e, o privado, pode ser impactado pela alta do dólar, devido à importação de insumos. Mas a demanda existe e não deve diminuir. A perspectiva segue positiva”, assinala.

Mercado externo

O CEO da Mazzaferro, Claudio Mazzaferro, conta que o plano da empresa, especializada em fios de suturas e telas cirúrgicas, é expandir a operação de exportação. “Temos 85% do market share no mercado brasileiro. Não será esse o campo para crescer. Queremos acelerar nossa penetração no mercado global, vendendo para Ásia, África, Américas e Europa.” Com uma planta localizada em São Paulo, em 2017 a empresa vendeu 53 milhões de metros para suturas, dos quais 43% foram para o mercado interno. “Enxergamos um crescimento proporcional e, até 2020, vender 70% da nossa produção para fora. Queremos nos tornar um player de referência global através de inovação. O mercado utiliza praticamente os mesmos produtos há 30 anos”, afirma Mazzaferro. O executivo revela que a empresa está investindo para competir também na área ortopédica. “Há uma demanda represada, com apenas dois ou três fornecedores no mundo. Estamos investindo aproximadamente R\$ 4 milhões para trazer tecnologias que nos permita entrar nesse segmento.”

Fonte: DCI

[Voltar](#)